



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 303, Classe 30

ACÓRDÃO Nº 5. 364
(01.09.2008)

RECURSO ELEITORAL Nº 303, CLASSE 30 - ANO 2008.

RECORRENTE: JOÃO ANTÔNIO DOS SANTOS, candidato ao cargo de vereador do Município de Água Branca/AL.

ADVOGADO: Geraldo Pimentel de Lima.

RELATOR: Juiz Francisco Malaquias de Almeida Junior.

Ementa.

RECURSO INOMINADO. ELEIÇÕES 2008. RRC. VEREADOR. REGISTRO. CANDIDATURA. INDEFERIMENTO. ESCOLARIDADE. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO. DOCUMENTO INAPTO. TESTE DE ALFABETIZAÇÃO. AVALIAÇÃO. RESULTADO INSATISFATÓRIO. INELEGIBILIDADE DO ART. 14, § 4º, DA CF/88, CARACTERIZADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É imprescindível, para afastar a inelegibilidade prevista no art. 14, § 4º, da CF/88, que o requerente apresente comprovante idôneo de escolaridade expedido por escola devidamente reconhecida pelo órgão público competente, ou junte declaração de próprio punho lavrada na presença de servidor da Justiça Eleitoral ou da autoridade judicial.

2. Não havendo o pré-candidato apresentado nenhum documento hábil a demonstrar o grau de escolaridade, pode o magistrado, se entender necessário para a formação de seu convencimento, determinar que o requerente submeta-se ao teste de alfabetização disciplinado por meio da Resolução TRE/AL nº 14.700.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer o presente recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, ao 1º dia do mês de setembro do ano de 2008.

DES. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA - Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 303, Classe 30


FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR - Relator


NIEDJA G. DE A. ROCHA KASPARY - Procuradora Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 303, Classe 30

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Recurso Eleitoral Inominado interposto por João Antônio dos Santos, objetivando a reforma da decisão do Exmo. Juiz Eleitoral da 39ª Zona Eleitoral, com sede em Água Branca, que indeferiu o requerimento de registro de candidatura ao cargo de vereador do recorrente, em virtude do mesmo não preencher o requisito quanto à escolaridade.

O recorrente alega que provou a sua condição de alfabetizado, pois teria apresentado declaração de próprio punho de que sabe ler e escrever, além disso, teria assinado a autorização para registro de candidatura e declaração de bens, o que demonstraria sua condição de semi-alfabetizado.

Sustenta que o Juiz Eleitoral, ao intimá-lo para realizar o teste de escolaridade, teria exorbitado de seu direito de livre convencimento. Afirma que no momento do teste estava nervoso e psicologicamente abalado, acarretando problemas para escrever com letra legível a declaração indicada.

Assevera que inelegível é o analfabeto, e não o semiletrado ou aquele que, mesmo com dificuldade ou alguns erros gramaticais, consegue ler e escrever.

Desse modo, requer o provimento do recurso, para que seja deferido o registro de candidatura.

Mantida a decisão, o MM. Juiz Eleitoral determinou a remessa dos autos a esta Corte.

A Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

Determinei a juntada do teste de escolaridade.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 303, Classe 30

VOTO

Inicialmente, reconheço a tempestividade do recurso, haja vista que interposto dentro do prazo de 03 (três) dias, de acordo com os arts. 8º, *caput*, da LC nº 64/90, e 51, *caput*, da Resolução TSE nº 22.717/2008.

A Carta Constitucional de 1988, a exemplo das Constituições anteriores, manteve a inelegibilidade do analfabeto, nos termos de seu § 4º, do artigo 14. Por sua vez a Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, em seu art. 1º, Inciso I, alínea “a”, repete o comando Constitucional.

A Resolução TSE n.º 22.717/2008 aponta a documentação necessária para que o candidato apresente a condição de elegibilidade e a contraprova admitida a elidir este elemento de inelegibilidade (analfabetismo), podendo ser o comprovante de escolaridade, nos termos do art. 29, inciso IV, da citada Resolução do TSE. Ainda com base na mesma norma, a ausência de tal comprovante pode ser suprida mediante declaração de próprio punho do candidato.

Vale salientar, ademais, que toda e qualquer aferição suplementar da condição de alfabetizado, caso esta não seja previamente comprovada pelo candidato, só passa pelo elemento volitivo do magistrado se não preenchido o inciso IV do art. 29 da Resolução TSE nº 22.717/08, conforme bem inspira a Resolução TRE/AL nº 14.700.

No exercício da cognição que se faz no processo de pedido de registro de candidatura, compete ao Juiz Eleitoral formar “sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mencionando, na decisão, os que motivaram seu convencimento” (art. 7º, parágrafo único, LC nº 64/90).

Analisando os documentos dos autos, vê-se que a declaração de próprio punho é insuficiente a demonstrar que o recorrente escapa da condição de analfabeto, primeiro porque não existe certidão nos autos de que a mesma foi lavrada na presença de um servidor da justiça eleitoral ou da autoridade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 303, Classe 30

judicial; e segundo porque se nota claramente que não foi preenchida pelo recorrente, ainda mais quando se compara a assinatura constante da declaração e do requerimento de registro e da declaração de bens; bem com o fato de ter assinado os formulários desta Justiça também não configura que o requerente possua a mínima alfabetização necessária ao deferimento do pedido.

É imprescindível, para afastar a inelegibilidade prevista no art. 14, § 4º, da CF/88, que o requerente apresente comprovante idôneo de escolaridade expedido por escola devidamente reconhecida pelo órgão público competente, ou junte declaração de próprio punho lavrada na presença de servidor da Justiça Eleitoral ou da autoridade judicial, onde se possa entender razoavelmente o que foi escrito, provando o candidato um mínimo domínio da escrita, o que não é o caso dos autos.

Assim, considerando os documentos apresentados, mostrou-se razoável a decisão do ilustre Juiz Eleitoral em aferir a comprovação da alfabetização por submissão ao teste de escolaridade, cujo resultado o recorrente obteve apenas 10% de aproveitamento (fl. 20).

Apreciando o teor do exame, constata-se que não há como prosperar o apelo do recorrente, visto que ele não demonstrou o mínimo domínio da escrita e de uma razoável compreensão do texto.

Desse modo, não tendo o candidato obtido êxito em demonstrar que se afasta da condição de analfabeto, é de se reconhecer não preenchido o requisito quanto à escolaridade.

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer o presente recurso, para, negando-lhe provimento, manter inalterada a decisão de primeiro grau.

É como voto.


FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 303, Classe 30

EXTRATO DA ATA
(79ª Sessão Ordinária de 2008)

Recurso Eleitoral n.º 303, Classe 30.

Recorrente: João Antônio dos Santos.

Advogado: Geraldo Pimentel de Lima.

Decisão: À unanimidade de votos, conheceu-se do recurso e, no mérito, negou-lhe provimento (Acórdão nº 5.364, de 01.09.2008).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO, Drs. ANDRÉ LUÍS MAIA TOBIAS GRANJA, ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, ELOÍNA MARIA BRAZ DOS SANTOS e FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR (Relator), bem como a eminente Procuradora Regional Eleitoral, Dra. NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY.

SESSÃO DE 01.09.2008

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 5.364, de 01/09/2008, foi conferido e publicado na 79ª sessão, realizada na mesma data. Eu, *R. Almeida*, lavrei a presente certidão, em Maceió, em 01/09/2008, que vai assinada pela Coordenadora de Sessões.



Coordenadora de Sessões